



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

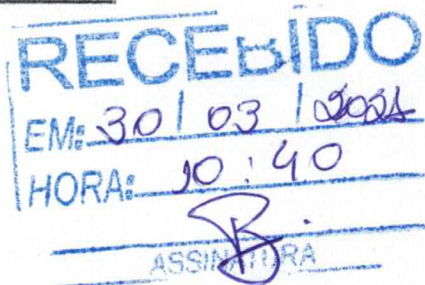
PARECER Nº 057/2021-AGM/PMVJ

ORIGEM: CPLCSO/PMVJ

REFERÊNCIA: Ofício nº 104/2021- CPLCSO/PMVJ

INTERESSADO (A): CPLCSO/PMVJ

ASSUNTO: Análise de Relatório em Resposta de Recurso Administrativo - Processo Administrativo de Licitação nº 187/2021/PMVJ - Concorrência 001/2021-CPLCSO/PMVJ.



DO RELATÓRIO:

Trata-se de análise e parecer acerca do relatório técnico proferido pela Comissão Permanente de Licitação de Compras, Obras e Serviços desta Prefeitura em face dos recursos e contrarrazões apresentados em face das decisões tomadas pela presidente da comissão, nos autos do processo licitatório modalidade CONCORRÊNCIA 001/2021-CPLCSO/PMVJ, cujo objeto resume-se CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA EM CONCRETO ARMADO, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI-AP, CONFORME O CONVÊNIO 889024/2019, INSCRITO NA PLATAFORMA + BRASIL SOB PROCESSO Nº 889024/2019 - MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Em relação as razões expostas tempestivamente pelas empresas pelas empresas: I V M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI, CONSTRUTORA J&E – ALMEIDA COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI, HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP, EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP, MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA, PORTO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP e EQUINORTE SERVIÇO E LOCAÇÕES, dos recursos interpostos pelas mesmas acerca da decisão da Comissão de Licitação Permanente que habilitou e inabilitou as empresas, EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP, S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP, I V M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI, CONSTRUTORA J&E – ALMEIDA COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI, HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP, MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA, PORTO

CONSTRUÇÕES LTDA-EPP e EQUINORTE SERVIÇO E LOCAÇÕES EIRELI, as contrarrazões foram apresentadas pelas recorridas em tempo hábil.

Após medidas internas por força do VI, art. 38, Lei nº 8.666/93, encaminhou-se os autos para esta Advocacia Geral se manifestar.

É o relatório, passa a opinar.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

A Administração Pública, dentre outros, tem como princípio basilar expresso o da Eficiência, devendo não só o serviço público, mas também o servidor possuir um padrão satisfatório de qualidade e conhecimento do serviço que presta, para que tenha a população destinatária do serviço a confiança necessária no servidor que a desempenha.

Pois bem, a fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

O inciso XXXIV, da Carta Maior, garante a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.


Conforme nos ensina Maria Sylvia Zanella di Pietro:

"dentro do direito de petição estão agasalhadas inúmeras modalidades de recursos administrativos, disciplinadas por legislação esparsa, que estabelece normas concernentes a prazo, procedimento, competência e outros requisitos a serem observados pelos peticionários". (cf. in Direito Administrativo, 19ª ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2006, p. 698).

Passo a me manifestar quanto as legalidades dos recursos.

DA TEMPESTIVIDADE:

O recurso administrativo, em sentido amplo, é expressão que designa os meios postos à disposição dos administrados para requerer que a Administração reveja seus atos.



Está fundamentado, assim como a impugnação, no direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo instrumento importantíssimo contra eventuais arbitrariedades, abusos e erros da Administração. Vejamos o que diz a Lei de Licitações nº 8.666/93:

*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:
I-recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:*

- A) habilitação ou inabilitação do licitante;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) anulação ou revogação da licitação;*
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;*
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*

No que diz respeito a admissibilidade recursal, o RELATÓRIO TÉCNICO em RESPOSTA aos RECURSOS ADMINISTRATIVOS, manifestou pelo preenchimento por parte das recorrentes quanto os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, conforme preceitua a Lei Federal nº 8.666/93.

Em resumo, o relatório técnico apresentado pela comissão informou que:

1. Do pedido da empresa HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP, quanto a ausência de Balanço Patrimonial e qualificação Técnica que inabilitou a empresa, requer que a Comissão de Licitação receba e conheça o presente recurso para que reconsidere a decisão que inabilitou a recorrente, viabilizando a regular participação da recorrente em todas as fases posteriores da Concorrência 001/2021 – CPLCSO/PMVJ.

Quanto a ausência do Balanço Patrimonial, que a licitante S.A Construções EIRELI-EPP, induziu de forma maldosa a Douta Comissão a erro quando atribuiu a esta recorrente a falha de não ter apresentado o Balanço Patrimonial, a afirmação da licitante acusadora não merece guarida. Observa-se no hall de documentos apresentados por esta recorrente que o Balanço Patrimonial 2019, numerada de 01 até 95.

Quanto a ausência da Qualificação Técnica, que a licitante S.A Construções EIRELI-EPP levantou o questionamento, sem, no entanto, esclarecer pormenorizado seu intento. Que ao fazer um paralelo entre a exigência do edital e a Lei, vislumbra-se com clareza solar que a Douta Comissão pretende com seu instrumento Convocatório abrir um leque de competição amplo com isso chegar a seleção da proposta mais vantajosa para administração, deixando de complementar seu edital com a inclusão do texto do parágrafo segundo mesmo art. Portanto, a omissão ou intenção da Douta Comissão de Licitação abre precedente para a não comprovação das parcelas de maior relevância e de valor significativo.

2. No pedido da EMPRESA ALMEIDA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, por ser inabilitada por não apresentar Acervo Operacional não compatível com o objeto licitado, requer-se que seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está. Outrossim, lastreada nas razões recursais, reque-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão.



A empresa alega que, a Comissão considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado incorreu na prática de ato manifestante ilegal, por melhores que sejam as intenções do instrumento convocatório, verifica-se que a citada exigência não merece prosperar, tão pouco se sustenta, tendo em vista que a referida exigência não encontra qualquer garanta em nossos ordenamentos jurídico vigente.

Que a comprovação técnica é similar as exigências dispostas ao que foi solicitado no edital, tendo a empresa apresentado a mesma. Que a comissão está impondo regras no Edital que estão aferindo o Art. 30 da Lei 8.666/93. Que a exigência de atestado de capacidade técnica em nome da licitante não prevista na norma. Ademais, por falta de previsão legal que autorize administrador fazer a referida exigência, constar no edital a exigência em questão gera nulidade dos atos subsequentes face à inobservância da norma.

3. Do pedido da EMPRESA EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP, requer que a Douta Comissão solicite à empresa S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP, o número da chave de impressão do aludido documento (CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO) para a devida averiguação, e disponibilize a aludida chave para as licitantes interessadas, caso não seja confirmada a veracidade do documento ora atacado que seja reformada a decisão que manteve a licitante habilitada, aplicando-lhe a pena de fraude em licitação e inabilitando-a para as fases seguintes do certame.

4. Dos pedidos das empresas MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA E PORTO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, a inabilitação das empresas S.A Construções EIRELI e EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI, devendo ambas as empresas que sejam consideradas desclassificadas por não cumprirem o exigido no edital.

5. Do pedido da empresa EQUINORTE SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI, reconsidere a íntegra da decisão que inabilitou a recorrente, atribuindo a mesma o status de habilitada para assim prosseguir as fases posteriores do certame, tendo em vista que não se vislumbrar na ata da sessão pública nenhum elemento que subsidie e fundamente tal decisão, que reconsidere as eventuais decisões tomadas sem motivação/fundamentação editalícia ou legal durante a sessão de abertura.

6. Do pedido da empresa IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI solicita que seja reconsiderada a decisão da inabilitação por apresentar Balanço Patrimonial incompleto (falta de Termo de Abertura), Acervo Operacional sem o item relevante e Acervo do engenheiro não atendeu a qualificação técnica. Aduz que o balanço não existe abertura e encerramento e sim o livro diário, o qual o edital não está exigindo, por esse motivo não foi incluído no envelope de habilitação. A pleiteante também solicita a essa comissão que analise novamente o acervo apresentado, que é de uma passarela de concreto armado com os mesmos serviços do objeto licitado, e solicita a comissão para que analise o acervo em especial o item 3.1 que será base dos serviços a serem executados na obra licitada.

Após apreciação minuciosa sobre as alegações apresentadas pelas empresas a comissão emitiu relatório ao qual será analisado sob o âmbito legal:

1. No que tange as alegações formuladas pela empresa HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP, restou claro e evidente o descumprimento de determinações contidas no edital,

bem como na Lei de Licitações, quanto a ausência de Balanço Patrimonial e qualificação Técnica, que embora em sede de recurso tenha levantado a afirmação de que houve a devida apresentação, tal alegação não merece prosperar.

O Edital 01 em seu item 7.4. e O subitem 7.4.2 do Edital, prevê a exigência da documentação referente à qualificação econômico-financeira das licitantes, no que diz respeito à apresentação de balanço patrimonial e das demonstrações contábeis, bem como tal exigência está discriminada na Lei nº 8.666/93, "ad litteram":

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

(...)

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;"

Assim sendo, resta claro e demonstrado a obrigatoriedade de todas as empresas, apresentarem balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social como condição de habilitação em processos licitatórios. E, desta forma a empresa acima mencionada descumpriu o item 7.4.2 do Edital, bem como a Lei de Licitações nº 8.666/93.

A referida empresa também insurgiu com a alegação de que tal balanço fora apresentado em tempo, ocorre que conforme relatório técnico descreve, este foi entregue apenas juntamente com o recurso. Descumprindo assim o item 20 - Das Disposições Gerais do Edital 01, subitem 20.9(...) que diz ser vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

Também restou prejudicado o cumprimento do item 7.9 do Edital 01, subitem 7.9.4, que após a análise da comissão, restou claro que o Edital não abre precedente para não comprovação das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo.



Por todo o exposto, tanto pelas razões demonstradas em recurso interposto pela empresa HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP, quanto pela análise técnica do mesmo, emitido no relatório da Comissão, sou por opinar pelo indeferimento do recurso, bem como seja mantida a decisão sobre a inabilitação da empresa.

2. No que tange as alegações formuladas pela EMPRESA ALMEIDA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, apresentou recurso por ter sido inabilitada por não apresentar Acervo Operacional não compatível com o objeto licitado, descumprindo assim o item 7.9 do Edital 01, subitem 7.9.3.

A empresa recorrente questiona em fase recursal o edital quanto ao item 7.9.3, alegando que tal exigência não merece prosperar, tendo em vista que não encontra qualquer respaldo em nosso ordenamento jurídico vigente. E que a comprovação da capacidade técnica operacional apresentada pela empresa é SIMILAR às exigências do Edital.

Pois bem, por óbvio que a lei e o edital se referem as obras com características semelhantes, ressalta-se, portanto, que o edital está em consonância com a Lei, e nada existe de inconstitucional ou despropositado na respectiva exigência.

Vejamos o posicionamento de Marçal Justen Filho [2]:

"Logo, se o objeto for uma ponte com quinhentos metros de extensão, não é possível que a Administração se satisfaça com a comprovação de que um sujeito já construiu uma "ponte" – eventualmente, com cinco metros de extensão. Sempre que a dimensão quantitativa, o local, o prazo ou qualquer outro dado for essencial à execução satisfatória da prestação objeto da futura contratação ou retratar algum tipo de dificuldade peculiar, a Administração estará no dever de impor requisito de qualificação técnica operacional fundado nesses dados."

Além do que, tal empresa interpôs recurso baseando tão somente na alegação de tentativa de impugnação ao edital. Todavia, tal alegação a tal dispositivo não merece sequer ser apreciada, por não ser mais o momento oportuno. Senão vejamos o que diz o art 41 da Lei nº 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação,



Não obstante, conforme muito bem descrito no relatório técnico da Comissão, ao apresentar o Anexo XII – Declaração de Conhecimento e Aceitação do teor do Edital, a empresa deixou claro que tem total esclarecimento das documentações exigidas e que aceitou todas elas.

Ante o exposto, sou por opinar pelo indeferimento do o recurso apresentado pela EMPRESA ALMEIDA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, mantendo a decisão de inabilitação da mesma.

3. No que tange as alegações formuladas pela **EMPRESA EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP**, a empresa requereu a Comissão que solicitasse à empresa S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP, o número da chave de impressão da (CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO) para averiguação, e disponibilizasse a aludida chave para as licitantes interessadas, caso não seja confirmada a veracidade solicita que seja reformada a decisão que manteve a licitante habilitada, aplicando-lhe a pena de fraude em licitação e inabilitando-a para as fases seguintes do certame.

Pois bem, quanto ao questionamento levantado em sede recursal, o relatório técnico analisou a documentação da empresa S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EP, com a devida consulta no site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com a chave de segurança dos atestados apresentados, se comprovou a veracidade da documentação.

Ante o exposto, tal questionamento se deu por sanado, devendo manter-se a decisão quanto a habilitação empresa S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP, e o presente recurso interposto pela EMPRESA EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP deve ser indeferido.

4. No que diz respeito aos pedidos das empresas **MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA E PORTO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, as mesmas requereram a



inabilitação das empresas S.A Construções EIRELI e EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI, devendo as mesmas serem consideradas desclassificadas por não cumprirem o exigido no edital.


Pois bem, a Comissão analisou novamente a documentação de habilitação das empresas S.A Construções EIRELI e EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI, fato que levou a constatarem que ambas apresentaram as qualificações técnicas exigidas no Edital, bem como estão em conformidade com o regramento da Lei nº 8.666/93, portanto não merece prosperar a alegação feita através deste recurso.

Ante o exposto, deve ser mantida a decisão de habilitação das empresas S.A CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP e EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI, estando certo o relatório técnico emitido pela Comissão. Desta forma, sou por opinar pelo indeferimento do recurso interposto pelas empresas MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA E PORTO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP.

5. Do recurso da empresa EQUINORTE SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI, a recorrente pretende a reconsideração na íntegra da decisão que a inabilitou, atribuindo a mesma o status de habilitada para assim prosseguir as fases posteriores do certame, tendo em vista que não vislumbrou na ata da sessão pública nenhum elemento que subsidie e fundamente tal decisão, que reconsidere as eventuais decisões tomadas sem motivação/fundamentação editalícia ou legal durante a sessão de abertura.

De acordo com relatório técnico, a empresa não apresentou o item 7.9, que descreve os requisitos sobre a capacidade técnica, e subitem 7.9.3 quanto à capacitação técnico-operacional, exigidos no instrumento convocatório, logo, deixou de cumprir as determinações do Edital.

Além do que, o relatório descreve que durante a sessão ocorrida no dia 17/03/2021, a todas as empresas presentes tiveram a oportunidade para colocar suas ponderações dos fatos ocorridos e das documentações apresentadas. Tendo a recorrente preferido não adentrar em nenhuma alegação, e apenas proferido que "optou por mais nada acrescentar" e após a leitura da Ata de Abertura e Encerramento, assinou com os demais representantes das empresas, concordando com o que foi escrito pela Comissão, além de ter acesso e assinar todos os documentos das demais empresas, também teve acesso ao processo que norteia o certame, o qual assinou também.



Dito isso, não há o que ser apreciado, devendo ser mantida a decisão da Comissão em inabilitar a empresa EQUINORTE SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI, e o recurso interposto deve ser indeferido.

6. Análise do recurso interposto pela empresa IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI, requer seja reconsiderada a decisão da inabilitação por apresentar Balanço Patrimonial incompleto (falta de Termo de Abertura), Acervo Operacional sem o item relevante e Acervo do engenheiro não atendeu a qualificação técnica. Aduz ainda que o balanço não existe abertura e encerramento, mas sim o livro diário, o qual o edital não está exigindo, por esse motivo não foi incluído no envelope de habilitação. A recorrente também solicita a essa comissão que analise novamente o acervo apresentado, que é de uma passarela de concreto armado com os mesmos serviços do objeto licitado, e solicita a comissão para que analise o acervo em especial o item 3.1 que será base dos serviços a serem executados na obra licitada.

Pois bem, em análise aos pedidos contidos no recurso apresentado, a Comissão de Licitação analisou novamente toda a documentação de habilitação da requerente e constatou que a mesma apresentou todos os documentos exigidos no instrumento convocatório.

Diante de tal análise da Comissão, restou comprovado que a empresa está em conformidade com o Edital, bem como com a Lei nº 8.666/93. Devendo o pedido de reconsideração da inabilitação ser atendido e a decisão reformada.

Ante o exposto, em conformidade com o entendimento da Comissão de Licitação, sou por opinar pelo DEFERIMENTO do pedido de recurso da IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI, dando a mesma por habilitada ao certame, e para que participe das próximas etapas do objeto licitado.

DA CONCLUSÃO:

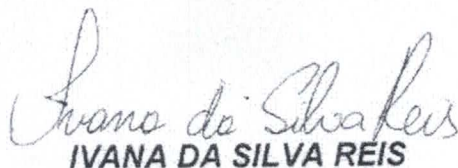
Nessa esteira, por todo o exposto, em conformidade com o RELATÓRIO em RESPOSTA AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E CONTRARRAZÕES apresentados,



EMITO PARCER FAVORÁVEL quanto a classificação e habilitação das empresas S.A Construções EIRELI, EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI e IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – EIRELI, restando prejudicado os demais recursos, consequentemente devendo ser indeferidos.

Remeta-se os autos na forma da legislação pertinente com as cautelas de praxe.

Em, 26 de março de 2021



IVANA DA SILVA REIS

Assessora Jurídica do Município de Vitória do Jari